

## MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA NORMAS DE PRESERVAÇÃO

jun/25

ETAPA

ATIVIDADE

OBJETIVO

DURAÇÃO  
ESTIMADA

CONTEÚDOS ESPERADOS

### LEITURA INICIAL (LI)

Compreender o bem tombado e as relações que estabelece com seu contexto, partindo da tradução dos valores em atributos. Formular um primeiro quadro dos problemas para sua preservação, levando em conta o histórico da ação institucional na gestão.

Tradução de valores em atributos a serem preservados	Analizar os valores expressos no processo de tombamento (ou em estudos complementares) e traduzi-los em um quadro inicial de valores e atributos. Descrever de forma sintética os atributos e mapá-los no território, quando possível. Indicar manifestações e referências da cultura local existentes no território do bem tombado. Realizar uma oficina de trabalho interna ao Iphan.	Histórico do bem e análise do processo de tombamento. Quadro inicial de valores e atributos do bem tombado. Relato da oficina de trabalho. Imagens ilustrativas. Mapa de atributos, quando possível.
Verificação da situação do entorno	Identificar no processo de tombamento (ou em estudos complementares) a existência (ou propostas) de poligonal de entorno e as motivações e justificativas para a configuração atual. Se não houver poligonal, descrever como é feita a gestão do entorno do bem, indicando a área de abrangência.	Desenho/mapa da poligonal de entorno existente ou da(s) proposta(s) com justificativas/motivações. Desenho/mapa da área de atuação do Iphan na ausência de poligonal, apresentando as justificativas. Descrição da gestão do entorno do bem tombado.
Identificação de diretrizes de preservação e critérios de intervenção	Identificar as diretrizes de preservação e os critérios de intervenção constantes no processo de tombamento, em normas publicadas, notas técnicas, pareceres ou documentos de referência para o Iphan que se aplicam ao bem tombado.	Texto ou quadro-síntese (os documentos analisados devem ser inseridos no relatório da LI como anexos).
Levantamento de estudos, diagnósticos e legislações existentes	Identificar os principais estudos e diagnósticos existentes e indicar como podem subsidiar as atividades de elaboração da norma de preservação. Identificar as diferentes legislações que incidem sobre o bem tombado e que tenham interface com a preservação do patrimônio. Identificar e indicar os bens e áreas de proteção cultural e ambiental nas diferentes esferas de governo, incluindo os sítios arqueológicos cadastrados e os bens valorados. Destacar estudos e legislações municipais/estaduais sobre mudanças climáticas.	Listagem comentada dos principais estudos e diagnósticos existentes. Listagem das legislações incidentes sobre o bem tombado. Listagem de bens e áreas de proteção cultural e ambiental nas diferentes esferas de governo.
Levantamento preliminar de ações de autorização e fiscalização	Levantar os casos emblemáticos e temas sensíveis para a preservação do bem tombado nas atividades de autorização e fiscalização e as principais demandas da sociedade civil e de órgãos públicos. Considerar os posicionamentos da Câmara de Análise de Recursos (CAR) do Depam, inquéritos e ações judiciais. Se já existirem informações sistematizadas, analisar o tipo, a localização e a concentração de irregularidades, danos e demandas de intervenção.	Formulário de análise preliminar das atividades de autorização e fiscalização e seus efeitos na preservação do bem tombado. Síntese dos posicionamentos da CAR e dos resultados dos inquéritos e das ações judiciais. Quadros e mapas das ações de autorização e fiscalização sistematizados, se já existirem.
Mapeamento de agentes e potenciais parceiros para a elaboração da norma de preservação	Identificar os agentes públicos e privados que atuam, tenham governabilidade ou interesse no bem tombado, bem como a população diretamente afetada pela ação de normatização. Verificar a necessidade e possibilidade de apoio técnico especializado externo.	Listagem comentada dos agentes do território e potenciais parceiros. Identificação de possíveis apoios técnicos e as estratégias para viabilizar.
Formulação preliminar dos problemas	Relacionar o conteúdo das atividades anteriores, classificando os problemas quanto ao risco à preservação do bem protegido. Diferenciar os problemas relacionados com a preservação do bem tombado e com as gestões institucionais, urbana ou ambiental do território, indicando os órgãos competentes para resolvê-los. Caso seja verificada a necessidade de rerratificação do tombamento, apresentar as respectivas justificativas. Realizar oficina de trabalho interna ao Iphan.	Quadro inicial dos problemas de preservação e gestão. Mapa e/ou imagens ilustrativas, quando possível. Relato da oficina de trabalho. Justificação para a rerratificação do tombamento, se for o caso.

PRODUTO DA ETAPA

RELATÓRIO DA LI

Estratégia de pactuação e comunicação.

Minutas ou acordos de cooperação técnica assinados. Base georreferenciada comum ou estratégia para viabilizá-la. Relato da oficina de Trabalho.

Mapas e análises da transformação do território. Imagens ilustrativas.

Mapas, textos ou fichas de caracterização morfológica. Imagens ilustrativas.

Mapas e análises dos planos, projetos, programas e legislações. Relato da oficina de trabalho.

Análise e interpretação das manifestações e demandas apresentados.

Quadro ou lista-síntese de convergências e conflitos. Mapas ou outras representações de convergências e conflitos.

Quadro de problemas e propostas. Mapas ou outras representações de problemas e propostas. Relato da oficina de trabalho.

Quadro final de valores e atributos do bem tombado. Mapa(s) de atributos do bem tombado. Mapa da poligonal georreferenciada. Descrição da poligonal. Quadro de coordenadas geográficas.

Diretrizes de preservação e critérios de intervenção para o bem tombado. Mapa com as unidades de gestão, se for o caso. Modelos e/ou ilustrações complementares. Relato da oficina de trabalho.

MINUTA DE PORTARIA DE PRESERVAÇÃO

Minuta de portaria de norma de preservação. Nota técnica da minuta de portaria. Minuta de portaria comentada e ilustrada (recomendado).

Formulário e aviso de consulta pública. Material de divulgação. Preenchimento do SICG. Relatório de consulta pública. Minuta final de portaria de norma de preservação.

PUBLICAÇÃO DA PORTARIA DE PRESERVAÇÃO

Material de divulgação. Portaria de norma de preservação comentada e ilustrada (recomendado).

### LEITURA INTEGRADA DO BEM NO TERRITÓRIO (LIBT)

Construir uma leitura integrada do bem e/ou entorno, por meio de um pacto de entendimentos entre os agentes, acordando diretrizes e critérios para a norma de preservação.

Síntese	<b>Consolidar o resultado das análises integradas com o objetivo de construir uma convergência de entendimentos sobre o bem tombado e os problemas de preservação, visando à formulação das propostas de preservação.</b>
Identificação de convergências e conflitos	Identificar e mapear convergências e conflitos de natureza normativa, institucional ou de interesse que interfiram na preservação dos valores e atributos do bem tombado.
Formulação de problemas e propostas	Revisar a caracterização dos problemas da LI e consolidar o quadro de problemas de preservação com os parceiros, delineando as propostas de soluções e os responsáveis por resolvê-los. Realizar oficina de trabalho.
Consolidação de entendimentos sobre o bem tombado	Consolidar o quadro e o mapa de valores e atributos. Descrever, georreferenciar e elaborar o quadro de coordenadas geográficas da poligonal de tombamento.

PRODUTO DA ETAPA

RELATÓRIO DA LIBT

### CONSOLIDAÇÃO E PUBLICAÇÃO DA NORMA DE PRESERVAÇÃO (CPNP)

Estruturar, validar com a sociedade e publicar a portaria de norma de preservação.

Realização da consulta pública	Organizar o material que será disponibilizado na consulta pública. Definir a estratégia de comunicação, os prazos e condições de participação. Acompanhar a realização da consulta pública e fornecer os esclarecimentos necessários. Sistematizar, responder e justificar as decisões. Revisar a minuta de portaria após a consulta pública, se necessário.
Publicação e divulgação da portaria de norma de preservação	Publicar e divulgar a portaria nos canais institucionais disponíveis para a população e para os parceiros institucionais. Recomenda-se elaborar a portaria comentada e ilustrada, caso não tenha sido feita.